

SYSTEMUP SOLUÇÃO EM TECNOLOGIA LTDA
RUA: JOSE BONIFÁCIO Nº 235, CONDOMÍNIO ATLANTA SALA 03, XANXERÊ-SC
CNPJ: 12.027.844/0001-05
FONE: (49) 999941556
CEP: 89820-000 XANXERE
E-mail: osmarildo@hotmail.com



**ILUSTRÍSSIMO PREGOEIRO, EQUIPE DE APOIO DA PREFEITURA MUNICIPAL
DE BOM JESUS-SC.
SETOR DE LICITAÇÕES**

Processo Licitatório nº 106/2022

Pregão Eletrônico nº 011/2022

Objeto da Licitação: **Registro de Preços** para a **prestação de serviços de TI** para as **Secretarias e Fundos, contemplando: virtualização, segurança da informação, infraestrutura de TI, gestão do backup do ambiente virtual, ambiente de rede VLAN, LAN e WLAN, servidores virtualizados, sistemas operacionais de servidores Windows e Linux, NAS, Active Directory, WSUS, DNS, DHCP, File Server, firewall, proxy, gerenciamento do antivírus corporativo bem como o serviço de suporte técnico relativo à microinformática, suporte aos usuários, manutenção preventiva e corretiva (sem cobertura de peças), pacote Office, Windows, e-mail e de CFTV, incluindo o deslocamento do técnico até o local de prestação dos serviços, de acordo com a necessidade**, conforme especificações contidas no **Anexo “E”** do presente Edital.

SYSTEMUP SOLUÇÃO EM TECNOLOGIA LTDA ME pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 12.027.844/0001-05, com sede na Rua José Bonifácio, nº 235, sala 3, Condomínio Atlanta, Centro, Xanxerê/SC, representada neste ato por seu representante legal o Sr. OSMARILDO PAVIANI, brasileiro, empresário, portador da Carteira de Identidade RG nº 3.187.443 SSP/SC e CPF nº 019.621.819-52, residente e domiciliado nesta cidade de Xanxerê/SC, CEP 89.820-000, vêm, respeitosamente e tempestivamente, **amparado pelas Leis vigentes**, por este instrumento, com fundamento no artigo 109, Inciso I, letra “a” da Lei 8.666/93, interpor **RECURSO ADMINISTRATIVO** contra a decisão da comissão de licitações de acordo com os fundamentos de fato e de Direito que passa a expor, referente ao edital de licitação Pregão Eletrônico N.º 011/2022, pelas razões de fato e de direito a seguir expostas.

RECURSO ADMINISTRATIVO

Contra ato da Comissão Permanente de Licitações deste município, referente ao Pregão Eletrônico nº 011/2022, que considerou válida declaração incompleta na fase de julgamento da habilitação; que aceitou declaração emitida no último ano corrente; e contra a empresa melhor classificada que não comprovou a condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, beneficiando-se indevidamente da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações.

DO CABIMENTO

O recurso administrativo possui como base constitucional o art. 4º, Inciso XVIII da Lei 10.520/02, mostrando-se perfeitamente cabível na situação em tela.

DOS FATOS

O Edital de Pregão Eletrônico nº 011/2022 fora publicado na Plataforma BLL (Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil), em 17 de novembro de 2022, para Registro de Preços para a prestação de serviços de TI para as Secretarias e Fundos, contemplando: virtualização, segurança da informação, infraestrutura de TI, gestão do backup do ambiente virtual, ambiente de rede VLAN, LAN e WLAN, servidores virtualizados, sistemas operacionais de servidores Windows e Linux, NAS, Active Directory, WSUS, DNS, DHCP, File Server, firewall, proxy, gerenciamento do antivírus corporativo bem como o serviço de suporte técnico relativo à microinformática, suporte aos usuários, manutenção preventiva e corretiva (sem cobertura de peças), pacote Office, Windows, e-mail e de CFTV, incluindo o deslocamento do técnico até o local de prestação dos serviços, de acordo com a necessidade, conforme especificações contidas no Anexo “E” do presente Edital.

No dia 30/11/2022, procedeu-se a abertura e julgamento das propostas, bem como sessão de disputa de preços e análise da habilitação do proponente melhor classificado.

Ocorre que a proponente Grafato Assessoria e Manutenção Ltda dado como melhor classificada com o valor unitário final de R\$ 89,90 não comprovou a condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte conforme previsto no item 5.11 do edital. Vejamos:

5.11 A empresa que não comprovar a condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, com a apresentação de um dos documentos acima descritos, não terá direito aos benefícios concedidos pela Lei Complementar 123/2006, consolidada.

Dentre os benefícios descritos no referido item, existe o ‘empate ficto’, vejamos o que trata o Art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006:

“ART. 44

Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

§ 1º Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

§ 2º Na modalidade de pregão, o intervalo percentual estabelecido no § 1º deste artigo será de até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.”

Vale ressaltar que a plataforma BLL (Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil) realiza de forma automática o desempate, desde que os proponentes informem o seu regime de tributação, como bem esclarecido no item 3.7 do edital.

Assim, é possível deduzir que o proponente se declarou como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte junto a plataforma de pregões eletrônicos, todavia não comprovou tal situação, o que poderia ser sanado apresentando Declaração ou Certidão Simplificada em seus documentos de habilitação, como de costume na grande maioria das licitações públicas.

Ou seja, o proponente se beneficiou indevidamente do Art. 44 da Lei nº 123/2006 uma vez que NÃO comprovou se enquadrar como ME/EPP conforme previsto no item 5.11 do edital, prejudicando o segundo melhor classificado (que comprovou se enquadrar como Microempresa), onde poderia ter desempatado, uma vez que seu último lance foi de R\$ 90,00 unitário, ou seja, um intervalo de aproximadamente 0,11%.

Outro agravante passível de inabilitação do proponente Grafato Assessoria e Manutenção Ltda é que o mesmo NÃO declarou que possui, ou providenciará estrutura física para a execução dos serviços, tendo declarado apenas que está localizado a uma distância inferior a 30km, ou seja, declarou de forma incompleta/desalinhada ao previsto no Edital em questão.

Vejamos, o Edital é claro em sua alínea 't' do item 10.1 o qual cita o que deve ser declarado:

t) Comprovação por meio de declaração assinada pelo representante da empresa de que possui ou, se vencedora, providenciará estrutura física para a execução dos serviços, localizada a uma distância inferior ou igual a 30km rodados do prédio sede do Município, sito à Rua Pedro Bortoluzzi, nº 435, centro.

Tal fato fere o princípio de vinculação ao instrumento convocatório, uma vez que a exigência da declaração está explícita na alínea supramencionada. Isso demonstra que o proponente não possui a qualificação técnica suficiente para atender ao objeto, tampouco providenciará, uma vez que é de suma importância a administração pública contratar empresas que possuam estrutura mínima para atender suas demandas.

Por fim, o proponente declarado habilitado, apresentou as Declarações constantes no Anexo “A” emitida no último ano corrente (2021), o que causa estranheza, uma vez que o Edital fora publicado no dia 17 de novembro de 2022.

DOS FUNDAMENTOS

O Edital é claro e vincula todos os licitantes. É a lei da licitação no caso concreto. O descumprimento das cláusulas constantes no mesmo implica a desclassificação da proposta ou inabilitação da licitante, pois, do contrário, estar-se-iam afrontando os princípios norteadores da licitação, expressos no art. 3º da Lei nº 8.666/93:

“Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos.”

O princípio da vinculação ao instrumento convocatório é corolário do princípio da legalidade e da objetividade das determinações habilitatórias. Impõe à Administração e ao licitante a observância das normas estabelecidas no Edital de forma objetiva, mas sempre velando pelo princípio da competitividade. Lhe pergunto Nobre Comissão, como pode-se considerar um documento incompleto que impactará diretamente na prestação do serviço ora contratado? Como pode-se considerar documentos em desacordo com o Instrumento Convocatório? E como pode-se conceder de forma equivocada o benefício da Lei Complementar nº 123/2006 prejudicando os demais concorrentes?

Estamos falando do descumprimento de vários princípios, como o da Legalidade, visto que se considerado este documento a Lei de Licitações não estará sendo observada, o da Vinculação ao Instrumento Convocatório, tendo em vista que as declarações apresentadas estão em desacordo com o Edital, e ainda o descumprimento do princípio da Isonomia, visto que há prejuízo no caráter competitivo do certame ao ser concedido o benefício de condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte sem a devida comprovação de tal condição, e que estas alteram diretamente a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública e ferem os direitos de competitividade dos licitantes que participaram comprovando a condição de acordo com o item 5.11 do Edital.

DO PEDIDO

Diante do exposto, a recorrente indica o pedido com as especificações:

- I – o **recebimento** do recurso administrativo, pois tempestivo;
- II – seja dado provimento ao recurso com a reforma da respeitável decisão, conforme petição recursal, e, conseqüentemente, e **inabilitar** a empresa GRAFATO ASSESSORIA E MANUTENÇÃO LTDA, em razão de não atender as exigências editalícias;
- III – que a empresa SYSTEMUP SOLUÇÃO EM TECNOLOGIA LTDA ME seja declara vencedora;
- IV – no caso do ilustre Pregoeiro Municipal, manter sua respeitável decisão caberá o encaminhamento à autoridade competente (art. 17, VII, Decreto Federal 10.024/2019 c/c art. 11, IV).

Termos em que,

Pede deferimento

Xanxerê, 02 de dezembro de 2022.

SYSTEMUP SOLUÇÃO EM TECNOLOGIA LTDA ME

Osmarildo Paviani
3.187.443 SSP SC
Representante Legal